CLIPPING INTERNET

18/04/2022 ATÉ 18/04/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 DECISÕES
1.1 BLOG ATUAL 7 1
1.2 BLOG CELSO ALMEIDA 2
1.3 BLOG DO LINHARES 3
1.4 BLOG DO NETO FERREIRA 4
1.5 BLOG GILBERTO LEDA 5
1.6 BLOG GLAUCIO ERICEIRA 6
1.7 BLOG JORGE ARAGÃO 7
1.8 BLOG NETO WEBA 8
1.9 SITE IMIRANTE.COM 9 10
1.10 SITE JORNAL ITAQUI BACANGA 11
2 DESEMBARGADOR
2.1 BLOG GILBERTO LEDA 12
3 PRECATÓRIOS
3.1 BLOG DO NETO FERREIRA 13
4 SERVIDOR PÚBLICO
4.1 BLOG DIEGO EMIR 14
4.2 BLOG DO ALPANIR MESQUITA 15
4.3 BLOG DO CAIO HOSTÍLIO 16
4.4 BLOG JOHN CUTRIM 17
4.5 BLOG LUÍS CARDOSO 18
4.6 BLOG MÁRCIO HENRIQUE 19
4.7 BLOG ZECA SOARES 20

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
18/04/2022 - BLOG ATUAL 7
NEUTRA
Professores de São Luís entram em greve contra descaso e ataques de Eduardo Braide

Professores de São Luís entram em greve contra descaso e ataques de Eduardo Braide

Segundo Sindeducação, somente metade nas escolas do município foram reformadas e aulas iniciaram sem transporte na zona rural. Categoria busca atualização salarial de 36,56%, mas gestão municipal quer conceder apenas 5%
18/04/2022 06h47min - Atualizado em 18/04/2022 06h53min

YURI ALMEIDA

Professores da rede pública de ensino de São Luís entraram em greve na manhã desta segunda-feira (18) em protesto contra o que classificam como descaso com a educação municipal e ataques à categoria pela gestão de Eduardo Braide (sem partido).

Organizado pelo Sindeducação (Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís), um protesto está marcado para acontecer na praça Deodoro, Centro da capital, a partir das 8 horas.

Apesar do movimento paredista encurralar apenas Braide, parte do estado de abandono da educação pública do município é herança maldita deixada pelo ex-prefeito Edivaldo Holanda Júnior (PSD), que tem aproveitado do silêncio do sucessor sobre o caos recebido para entrar na disputa pelo Palácio dos Leões nas eleições de outubro.

Segundo a presidente da Sindeducação, Sheila Bordalo, somente metade nas unidades escolares da rede de ensino público da cidade foram reformadas, as aulas iniciaram sem transporte na zona rural, a alimentação escolar carece de qualidade e os alunos, até hoje, não receberam os chips e tablets prometidos pela prefeitura.

“O 14º salário, progressões e precatórios do Fundef são direitos previstos por lei. Braide não diz que envio projeto de lei atualizando a tabela para somente 889 profissionais da rede. Hoje, somos mais de 8 mil”, diz em vídeo que trata da campanha salarial deste ano dos professores.

Em repúdio a uma propaganda da gestão municipal custeada pelos cofres públicos, que acusa o sindicato de mentir para a população, ela acusa a prefeitura de tentar desmoralizar os profissionais e suas reivindicações. “Mas a realidade é a maior aliada da categoria”, defende.

O ataque também foi respondido pela professora Ana Paula Martins, secretária de Comunicação do Sindeducação.

“O prefeito anda dizendo por aí que nós estamos faltando com a verdade, que estamos mentindo sobre nossa pauta de reivindicação. Mas por que o prefeito não fala sobre os recursos do Fundeb?! Porque é através desse recursos que estamos reivindicando reajuste para toda a nossa categoria. Não é verdade que ele mandou um projeto de lei [para a Câmara de Vereadores] que contempla todos os professores e professoras”, argumentou em publicação sobre a assembleia geral que decidiu pela deflagração da greve.

Enquanto o sindicado defende a atualização da tabela salarial para toda a categoria de 36,56%, Braide tem insistido no reajuste de apenas 5%, dificultando a negociação com os professores.

Além da propaganda com ataques ao Sindeducação, Eduardo Braide também apelou ao Poder Judiciário para tentar barrar a greve. Na semana passada, atendendo pedido da PGM (Procuradoria-Geral do Município), a desembargador Maria Francisca Galiza, das Segundas Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão, decretou a ilegalidade do movimento e determinou multa por descumprimento da decisão de 50 mil, por dia.

Apesar da ordem judicial pela suspensão da greve, o sindicato manteve o movimento paredista.

De acordo com a professora Luciana Mesquita, além dos problemas relatados por Sheila Bordalo, os docentes estão tendo de tirar do próprio bolso para manter o ensino e nem todas as escolas voltaram ao ensino presencial.

“Nas escolas que estão funcionando de forma remota, os professores estão bancando as aulas, pois os míseros 70 reais de ‘auxílio conectividade’ foram cortados. Professores que retornaram presencialmente não têm material pedagógico para trabalhar, por exemplo, principal para quadro”, postou em uma rede social.

O caos na educação pública da capital levou o Eduardo Braide a sofrer um revés no Judiciário maranhense, no início deste mês.

À pedido do Ministério Público, o juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, determinou ao município matricular estudantes na rede municipal de ensino, no prazo de 72 horas, dando preferência às mais próximas e de modo a evitar prejuízo à vida escolar dos alunos.

De acordo com a assessoria do Tribunal de Justiça, no bojo do processo consta uma tabela com os nomes de diversos alunos que necessitam de vagas nas escolas públicas municipais.

“Inconcebível existir estudantes que ainda não tenham conseguido se matricular ou rematricular nas escolas municipais mais próximas de suas residências, seja pela obrigação pactuada e homologada por sentença judicial, seja pelas normas acima apontadas”, enfatizou o magistrado na decisão.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
18/04/2022 - BLOG CELSO ALMEIDA
NEUTRA
Incompetência de Eduardo Braide provoca paralisação na educação de São Luís

Incompetência de Eduardo Braide provoca paralisação na educação de São Luís

Professores da rede pública de ensino de São Luís entraram em greve na manhã desta segunda-feira (18) em protesto contra o que classificam como descaso com a educação municipal e ataques à categoria pela gestão de Eduardo Braide (sem partido).

Organizado pelo Sindeducação (Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís), um protesto está marcado para acontecer na praça Deodoro, Centro da capital, a partir das 8 horas.

Apesar do movimento paredista encurralar apenas Braide, parte do estado de abandono da educação pública do município é herança maldita deixada pelo ex-prefeito Edivaldo Holanda Júnior (PSD), que tem aproveitado do silêncio do sucessor sobre o caos recebido para entrar na disputa pelo Palácio dos Leões nas eleições de outubro.

Segundo a presidente da Sindeducação, Sheila Bordalo, somente metade nas unidades escolares da rede de ensino público da cidade foram reformadas, as aulas iniciaram sem transporte na zona rural, a alimentação escolar carece de qualidade e os alunos, até hoje, não receberam os chips e tablets prometidos pela prefeitura.

“O 14º salário, progressões e precatórios do Fundef são direitos previstos por lei. Braide não diz que envio projeto de lei atualizando a tabela para somente 889 profissionais da rede. Hoje, somos mais de 8 mil”, diz em vídeo que trata da campanha salarial deste ano dos professores.

Em repúdio a uma propaganda da gestão municipal custeada pelos cofres públicos, que acusa o sindicato de mentir para a população, ela acusa a prefeitura de tentar desmoralizar os profissionais e suas reivindicações. “Mas a realidade é a maior aliada da categoria”, defende.

O ataque também foi respondido pela professora Ana Paula Martins, secretária de Comunicação do Sindeducação.

“O prefeito anda dizendo por aí que nós estamos faltando com a verdade, que estamos mentindo sobre nossa pauta de reivindicação. Mas por que o prefeito não fala sobre os recursos do Fundeb?! Porque é através desse recursos que estamos reivindicando reajuste para toda a nossa categoria. Não é verdade que ele mandou um projeto de lei [para a Câmara de Vereadores] que contempla todos os professores e professoras”, argumentou em publicação sobre a assembleia geral que decidiu pela deflagração da greve.

Enquanto o sindicado defende a atualização da tabela salarial para toda a categoria de 36,56%, Braide tem insistido no reajuste de apenas 5%, dificultando a negociação com os professores.

Além da propaganda com ataques ao Sindeducação, Eduardo Braide também apelou ao Poder Judiciário para tentar barrar a greve. Na semana passada, atendendo pedido da PGM (Procuradoria-Geral do Município), a desembargador Maria Francisca Galiza, das Segundas Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do

Maranhão, decretou a ilegalidade do movimento e determinou multa por descumprimento da decisão de 50 mil, por dia.

Apesar da ordem judicial pela suspensão da greve, o sindicato manteve o movimento paredista.

De acordo com a professora Luciana Mesquita, além dos problemas relatados por Sheila Bordalo, os docentes estão tendo de tirar do próprio bolso para manter o ensino e nem todas as escolas voltaram ao ensino presencial.

“Nas escolas que estão funcionando de forma remota, os professores estão bancando as aulas, pois os míseros 70 reais de ‘auxílio conectividade’ foram cortados. Professores que retornaram presencialmente não têm material pedagógico para trabalhar, por exemplo, principal para quadro”, postou em uma rede social.

O caos na educação pública da capital levou o Eduardo Braide a sofrer um revés no Judiciário maranhense, no início deste mês.

À pedido do Ministério Público, o juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, determinou ao município matricular estudantes na rede municipal de ensino, no prazo de 72 horas, dando preferência às mais próximas e de modo a evitar prejuízo à vida escolar dos alunos.

De acordo com a assessoria do Tribunal de Justiça, no bojo do processo consta uma tabela com os nomes de diversos alunos que necessitam de vagas nas escolas públicas municipais.

“Inconcebível existir estudantes que ainda não tenham conseguido se matricular ou rematricular nas escolas municipais mais próximas de suas residências, seja pela obrigação pactuada e homologada por sentença judicial, seja pelas normas acima apontadas”, enfatizou o magistrado na decisão.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - SERVIDOR PÚBLICO
18/04/2022 - BLOG DIEGO EMIR
POSITIVA
Othelino recebe do presidente do TJMA novo plano de cargos dos servidores do Judiciário

Othelino recebe do presidente do TJMA novo plano de cargos dos servidores do Judiciário

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto, recebeu, nesta segunda-feira (18), o projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos e Comissionados do Poder Judiciário do Maranhão (PCCV).

O documento foi entregue pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e pelo presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário (Sindjus), George Ferreira. Também participaram o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, e o tesoureiro do sindicato, Márcio Luís Andrade.

No encontro, Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância desse projeto de lei para a categoria. "Os servidores esperam por este momento há alguns anos e, hoje, a matéria chega à Assembleia. Daremos a tramitação célere que o PL merece, afinal, a proposição valoriza os servidores do Judiciário", assinalou.

O chefe do Legislativo maranhense destacou, ainda, a relação independente e harmoniosa que a Casa tem com o Judiciário, o que proporciona esse diálogo permanente. "Já vamos, inclusive, encaminhar para que o projeto tramite em regime de urgência e espero que, nos próximos dias, já possamos apreciar o texto", completou Othelino.

O desembargador Lourival Serejo afirmou que o projeto garante direitos aos servidores. "O PL assegura mais uma conquista para os servidores do Judiciário maranhense. São direitos que, evidentemente, se renovarão com o tempo", frisou.

O presidente do Sindjus, George Ferreira, agradeceu a disponibilidade do presidente Othelino Neto. "Seguimos cumprindo nosso compromisso com os servidores e vamos em busca de mais avanços. Agradeço ao deputado Othelino por reconhecer a importância do nosso pleito", declarou.

O post Othelino recebe do presidente do TJMA novo plano de cargos dos servidores do Judiciário apareceu primeiro em Diego Emir.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - SERVIDOR PÚBLICO
18/04/2022 - BLOG DO ALPANIR MESQUITA
POSITIVA
Othelino recebe do presidente do TJMA novo plano de cargos dos servidores do Judiciário

Othelino recebe do presidente do TJMA novo plano de cargos dos servidores do Judiciário

Othelino recebeu novo PCCV.

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto, recebeu, nesta segunda-feira (18), o projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos e Comissionados do Poder Judiciário do Maranhão (PCCV).

O documento foi entregue pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e pelo presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário (Sindjus), George Ferreira. Também participaram o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, e o tesoureiro do sindicato, Márcio Luís Andrade.

No encontro, Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância desse projeto de lei para a categoria. “Os servidores esperam por este momento há alguns anos e, hoje, a matéria chega à Assembleia. Daremos a tramitação célere que o PL merece, afinal, a proposição valoriza os servidores do Judiciário”, assinalou.

O chefe do Legislativo maranhense destacou, ainda, a relação independente e harmoniosa que a Casa tem com o Judiciário, o que proporciona esse diálogo permanente. “Já vamos, inclusive, encaminhar para que o projeto tramite em regime de urgência e espero que, nos próximos dias, já possamos apreciar o texto”, completou Othelino.

O desembargador Lourival Serejo afirmou que o projeto garante direitos aos servidores. “O PL assegura mais uma conquista para os servidores do Judiciário maranhense. São direitos que, evidentemente, se renovarão com o tempo”, frisou.

O presidente do Sindjus, George Ferreira, agradeceu a disponibilidade do presidente Othelino Neto. “Seguimos cumprindo nosso compromisso com os servidores e vamos em busca de mais avanços. Agradeço ao deputado Othelino por reconhecer a importância do nosso pleito”, declarou.

Othelino recebe do presidente do TJMA novo plano de cargos dos servidores do Judiciário

Othelino Neto com o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, o presidente do Sindjus, George Ferreira, o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, e o tesoureiro do sindicato, Márcio Andrade.
O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto, recebeu, nesta segunda-feira (18), o projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos e Comissionados do Poder Judiciário do Maranhão (PCCV).

O documento foi entregue pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e pelo presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário (Sindjus), George Ferreira. Também participaram o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, e o tesoureiro do sindicato, Márcio Luís Andrade.

No encontro, Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância desse projeto de lei para a categoria. "Os servidores esperam por este momento há alguns anos e, hoje, a matéria chega à Assembleia. Daremos a tramitação célere que o PL merece, afinal, a proposição valoriza os servidores do Judiciário", assinalou.

Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância do projeto de lei para a categoria

Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância do projeto de lei para a categoria.
O chefe do Legislativo maranhense destacou, ainda, a relação independente e harmoniosa que a Casa tem com o Judiciário, o que proporciona esse diálogo permanente. "Já vamos, inclusive, encaminhar para que o projeto tramite em regime de urgência e espero que, nos próximos dias, já possamos apreciar o texto", completou Othelino.

O desembargador Lourival Serejo afirmou que o projeto garante direitos aos servidores. "O PL assegura mais uma conquista para os servidores do Judiciário maranhense. São direitos que, evidentemente, se renovarão com o tempo", frisou.

O presidente do Sindjus, George Ferreira, agradeceu a disponibilidade do presidente Othelino Neto. "Seguimos cumprindo nosso compromisso com os servidores e vamos em busca de mais avanços. Agradeço ao deputado Othelino por reconhecer a importância do nosso pleito", declarou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
18/04/2022 - BLOG DO LINHARES
NEUTRA
Professores contrariam decisão judicial e entram em greve

Professores contrariam decisão judicial e entram em greve

Mesmo com promessa da Prefeitura de apresentar uma nova proposta até amanhã (19), o Sindeducação manteve o movimento grevista.
Os professores da rede pública de ensino de São Luís deflagraram greve geral na manhã desta segunda (18) em protesto pela atualização do piso nacional (de 33,24%) para professores com Nível Médio e a 36,56% de reajuste para todos os professores com Nível Superior.

A decisão do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação) contraria a decisão da desembargadora Maria Francisca Galiza, das Segundas Câmaras Cíveis Reunidas do TJMA. De acordo com a magistrada, uma paralisação neste momento seria prejudicial ao sistema de ensino, que já acumula prejuízos de praticamente dois anos por conta da pandemia. Inclusive, a desembargadora entendeu que foi o próprio Sindeducação quem decidiu interromper uma mesa de negociação que tratava de reajuste salarial.

Ademais, o prefeito Eduardo Braide recebeu os representantes do sindicato na última semana e se comprometeu em apresentar nesta terça (19) uma proposta de reajuste salarial aos educadores.

Confira a anota da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) informa que a atual gestão recebeu a rede física escolar sem nenhuma escola em condições mínimas de funcionamento durante a pandemia. Nesse contexto, o Município deu início ao maior programa de reformas de escolas de São Luís. De todas as unidades, em apenas 1 ano e 3 meses, 50% já foram totalmente reformadas e as demais passaram por intervenções necessárias para garantir o retorno das aulas, prioridade para este momento. A SEMED informa ainda que todas as escolas serão totalmente reformadas pelo programa Escola Nova.

Sobre o transporte escolar, a SEMED ressalta que a atual gestão não encontrou nenhum contrato vigente para a realização do serviço, uma vez que o único processo instaurado pela gestão anterior foi suspenso por determinação da justiça. Coube à atual gestão regularizar o serviço do transporte escolar, o que já foi realizado.

Quanto à merenda escolar, a SEMED destaca que até o momento não recebeu nenhuma queixa ou reclamação por parte da comunidade escolar.

Por fim, a SEMED agradece aos professores que estão neste momento em sala de aula e lamenta a paralisação de parte da categoria promovida pelo Sindeducação, uma vez que a diretoria do Sindicato esteve reunida com o Município na semana passada (terça-feira, 12 de abril), onde foi informado que o Município apresentará uma nova proposta, dentro da sua realidade financeira, nesta terça-feira (19).

Professores deflagram greve para cobrar melhorias salariais da gestão Braide em São Luís

Na manhã desta segunda-feira (18), professores da rede pública municipal de ensino deflagraram greve para cobrar melhorias salariais da gestão de Eduardo Braide, prefeito de São Luís.

A categoria se reuniu na Praça Deodoro, no Centro da capital maranhense e seguiu em passeata até a frente da sede do Executivo municipal.

Segundo o Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação), os professores aprovaram no último dia 8 de abril o início do movimento paredista após a Prefeitura de São Luís oferecer reajuste de 5%, abaixo do que a categoria reivindica em sua campanha salarial: atualização do piso nacional (de 33,24%) para professores com Nível Médio e a repercussão em toda tabela salarial do magistério, com 36,56% de reajuste para todos os professores com Nível Superior.

Os professores afirmam que também estão lutando por escolas que ofereçam condições dignas para toda a comunidade escolar.

“Foi somente por meio de muita mobilização realizada pelo sindicato e categoria que as reformas nas escolas foram iniciadas e, ainda assim, há muito para ser feito, pois menos de 50%, das 258, escolas foram reformadas, as aulas na zona rural de São Luís, por exemplo, iniciaram sem transporte escolar, a alimentação oferecida para os alunos necessita de mais qualidade, entre outras demandas. O Sindeducação também organiza o movimento grevista para pedir pelo fim do assédio moral e mais transparência no orçamento e as contas da Prefeitura de São Luís”, informou o Sindeducação.

Leia a nota abaixo:

“A Secretaria Municipal de Educação (Semed) informa que a atual gestão recebeu a rede física escolar sem nenhuma escola em condições mínimas de funcionamento durante a pandemia. Nesse contexto, o Município deu início ao maior programa de reformas de escolas de São Luís. De todas as unidades, em apenas 1 ano e 3 meses, 50% já foram totalmente reformadas e as demais passaram por intervenções necessárias para garantir o retorno das aulas, prioridade para este momento. A Semed informa ainda que todas as escolas serão totalmente reformadas pelo programa Escola Nova.

Sobre o transporte escolar, a Semed ressalta que a atual gestão não encontrou nenhum contrato vigente para a realização do serviço, uma vez que o único processo instaurado pela gestão anterior foi suspenso por determinação da justiça. Coube à atual gestão regularizar o serviço do transporte escolar, o que já foi realizado.

Quanto à merenda escolar, a Semed destaca que até o momento não recebeu nenhuma queixa ou reclamação por parte da comunidade escolar.

Por fim, a Semed agradece aos professores que estão neste momento em sala de aula e lamenta a paralisação

de parte da categoria promovida pelo Sindeducação, uma vez que a diretoria do Sindicato esteve reunida com o município na semana passada (terça-feira, 12 de abril), onde foi informado que o município apresentará uma nova proposta, dentro da sua realidade financeira, nesta terça-feira (19)”

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRECATÓRIOS
18/04/2022 - BLOG DO NETO FERREIRA
NEUTRA
Assis Ramos é investigado por suposta omissão em repasse de precatórios em Imperatriz

Assis Ramos é investigado por suposta omissão em repasse de precatórios em Imperatriz

O prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, está sendo investigado por suposta omissão no repasse de recursos destinados ao pagamento de precatórios pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A investigação foi instaurada pelo titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa de Imperatriz, João Marcelo Moreira Trovão, após o encaminhamento, por parte da Corte Judiciária, de informações acerca da ausência de repasse de 05 parcelas mensais no valor de R$ 694.115,43 mil cada uma, referente à programação de pagamento do exercício de 2020.

Segundo o órgão ministerial, Assis Ramos foi notificado, mas não compareceu à oitiva para prestar esclarecimentos.

O promotor responsável pelo caso determinou diligências investigatórias para a coleta de elementos de informação para fundamentar uma possível propositura de Ação Civil Pública.

Em nova citação, o Ministério Público concedeu mais 10 dias ao prefeito para que apresente sua versão sobre o fatos.

Professores afrontam TJMA e entram em greve em São Luís

Publicado em 18 de abril de 2022 por gilbertoleda

Professores da rede pública de ensino de São Luís decidiram afrontar uma decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e deflagraram, na manhã desta segunda-feira, 18, greve geral.

O Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação), comandado pelo PSol, alega que o movimento foi aprovado em assembleia geral depois de a Prefeitura de São Luís oferecer reajuste de 5% – eles cobram atualização do piso nacional (de 33,24%) para professores com Nível Médio e a repercussão em toda tabela salarial do magistério, com 36,56% de reajuste para todos os professores com Nível Superior.

A greve, no entanto, estava proibida desde a semana passada, por decisão da desembargadora Maria Francisca Galiza, das Segundas Câmaras Cíveis Reunidas do TJMA.

Ao despachar o caso, a magistrada concordou com argumentos da PGM segundo os quais foi o próprio sindicato quem decidiu interromper uma mesa de negociação que tratava de reajuste salarial e exigir, por meio do movimento, um aumento da ordem de 36,56% (reveja).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
18/04/2022 - BLOG GILBERTO LEDA
POSITIVA
Prefeita consegue virada e se mantém no cargo em Serrano do MA

Prefeita consegue virada e se mantém no cargo em Serrano do MA

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) concluiu nesta segunda-feira (18) o julgamento de uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije) e decidiu pela manutenção da prefeita de Serrano do Maranhão, Val Cunha (PL), no cargo, de virada.

Até a semana passada, o placar estava em 3 a 1 pela cassação da gestora e de sua vice, Roseni Monteiro (PDT), por abuso de poder e compra de votos nas eleições de 2020.

A relatora do processo, juíza eleitoral Anna Graziella Neiva, já havia votado pela cassação e declaração de inelegibilidade de ambas – bem como pela realização de nova eleição na cidade – na abertura do julgamento, no fim do mês de março.

Na sessão da semana passada, acompanharam a magistrada o juiz Ronaldo Desterro e a desembargadora Ângela Salazar.

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos abriu divergência, o que fez a juíza Camila Ewerton rever seu posicionamento anterior – que era de voto pela cassação – e pedir vista do processo em conjunto com o juiz eleitoral Cristiano Simas.

Na volta do caso ao plenário, os três membros que faltavam votar decidiram pela manutenção de Val Cunha no cargo.

Entenda – Val Cunha (PL) e sua vice, Roseni Monteiro (PDT), foram acusadas de compra de apoio político de vereadores, utilização de máquinas de sua propriedade na reforma de uma ponte que dá acesso a um importante povoado da cidade, além da compra de votos de eleitores com entrega de dinheiro e/ou materiais de construção.

O PT, autor da ação, pedia, ainda, a declaração de inelegibilidade das duas e do marido da prefeita, Cláudio Cunha (PL), ex-prefeito do vizinho município de Apicum-Açu, mas com forte atuação na política local.

Com a votação desta segunda, o caso se encerra no TRE, restando ao PT, agora, apenas embargos na corte, e um novo recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A herança maldita de Edivaldo e a greve do SindEducação

Docentes pararam as atividades hoje esquecendo-se daquele que impôs caos na educação pública de São Luís.

No cargo há apenas um ano e três meses, o prefeito Eduardo Braide começa a sentir na pele os efeitos de uma herança maldita deixada pelo seu antecessor, o ex-prefeito Edivaldo Holanda Júnior, que governou São Luís até 2020 e que hoje se apresenta como pré-candidato ao Governo do Estado.

Nesta segunda-feira (18), representantes do SindEducação deflagraram greve na rede municipal de ensino da capital, mesmo estando em andamento tratativas diretas com o próprio Braide no sentido de se encontrar uma solução para, dentro das possibilidades financeiras do Município, atender as reivindicações da categoria e, desta forma, não prejudicar os mais de 84 mil alunos, que já foram duramente afetados devido a pandemia da Covid.

Os docentes e o Sindicato cobram reajuste salarial; melhores condições de trabalho e recuperação da infraestrutura das escolas; por exemplo.

Além de não se negar a negociar com a categoria, o atual prefeito já reformou mais de 50% dos prédios escolares e continua executando ações no sentido de sanar toda rede nos próximos meses.

Sobre o reajuste, Braide se comprometeu, desde a semana passada, a apresentar, nesta terça-feira (19), uma nova proposta financeira.

No entanto, nada disso foi suficiente para que os representantes do SindEducação recuassem.

O que os sindicalistas esquecem é que o setor educacional de São Luís foi uma das heranças malditas deixadas por Edivaldo.

Além de não conceder benefícios salariais para categoria durante cinco anos, o hoje pré-candidato aos Leões deixou as escolas municipais sucateadas.

Nem no período mais rígido da pandemia, quando toda a rede estava paralisada e os estudantes tendo aulas remotas, Edivaldo não reformou ou recuperou nenhuma escola, apesar dos fartos recursos financeiros recebidos mensalmente.

O editor do Blog reconhece a luta dos professores e considera suas reivindicações justas.

Porém, é necessário que se tenha sensatez e que não seja esquecido um passado recente que transformou para muito pior a educação pública da capital.

Vale destacar, por fim, que o movimento grevista foi considerado ilegal pela Justiça.

Othelino recebe do presidente do TJMA novo plano de cargos dos servidores do Judiciário

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto, recebeu, nesta segunda-feira (18), o projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos e Comissionados do Poder Judiciário do Maranhão (PCCV).

O documento foi entregue pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e pelo presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário (Sindjus), George Ferreira. Também participaram o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, e o tesoureiro do sindicato, Márcio Luís Andrade.

No encontro, Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância desse projeto de lei para a categoria. “Os servidores esperam por este momento há alguns anos e, hoje, a matéria chega à Assembleia. Daremos a tramitação célere que o PL merece, afinal, a proposição valoriza os servidores do Judiciário”, assinalou.

Kristiano Simas / Agência Assembleia
Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância do projeto de lei para a categoria

Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância do projeto de lei para a categoria
O chefe do Legislativo maranhense destacou, ainda, a relação independente e harmoniosa que a Casa tem com o Judiciário, o que proporciona esse diálogo permanente. “Já vamos, inclusive, encaminhar para que o projeto tramite em regime de urgência e espero que, nos próximos dias, já possamos apreciar o texto”, completou Othelino.

O desembargador Lourival Serejo afirmou que o projeto garante direitos aos servidores. “O PL assegura mais uma conquista para os servidores do Judiciário maranhense. São direitos que, evidentemente, se renovarão com o tempo”, frisou.

O presidente do Sindjus, George Ferreira, agradeceu a disponibilidade do presidente Othelino Neto. “Seguimos cumprindo nosso compromisso com os servidores e vamos em busca de mais avanços. Agradeço ao deputado Othelino por reconhecer a importância do nosso pleito”, declarou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
18/04/2022 - BLOG JORGE ARAGÃO
NEUTRA
Sindeducação desrespeita decisão judicial e mantém greve em SLZ

Sindeducação desrespeita decisão judicial e mantém greve em SLZ

por Jorge Aragão
18 abr 2022
Mesmo com um decisão judicial em vigência, o Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís (Sindeducação) decidiu manter a greve da categoria, nesta segunda-feira (18).

A desembargadora Maria Francisca Gualberto de Galiza, do Tribunal de Justiça do Maranhão, considerou ilegal o movimento e atendeu uma solicitação da Prefeitura de São Luís, através da Procuradoria-Geral do Município, que entrou com uma Ação Declaratória de Nulidade de Greve com Pedido de Tutela de Urgência (reveja).
A magistrada, em sua decisão, ressaltou que uma paralisação neste momento seria prejudicial ao sistema de ensino, que já acumula prejuízos de praticamente dois anos por conta da pandemia. Além disso, a desembargadora entendeu que foi o próprio Sindeducação quem decidiu interromper uma mesa de negociação que tratava de reajuste salarial.

No entanto, mesmo com a decisão favorável, a Prefeitura de São Luís seguiu com o diálogo com a categoria, tanto que o prefeito Eduardo Braide, na última quarta-feira (13), recebeu representantes do Sindeducação para dialogar sobre a campanha salarial da categoria. O prefeito assegurou que apresentaria uma nova proposta na terça-feira (19), baseada na realidade financeira do Município.

“Convidei e recebi hoje aqui na Prefeitura, o Sindeducação para dialogarmos sobre a campanha salarial da categoria. Aos nossos educadores, informei que na próxima terça-feira (19), a Prefeitura apresentará uma nova proposta dentro da realidade financeira do Município. Em contrapartida, o Sindeducação se comprometeu em avaliar junto à categoria, a suspensão do movimento até a apreciação da nova proposta. O nosso trabalho de reconstruir a educação de São Luís não pode parar”, afirmou o prefeito na semana passada (reveja).

Só que mesmo diante da decisão judicial e da promessa da Prefeitura de São Luís de apresentar uma nova proposta na terça-feira, o Sindeducação, de maneira irredutível e intransigente, manteve o movimento que vai prejudicar os alunos da rede pública municipal de ensino na capital maranhense.

É aguardar e conferir.

Othelino recebe do presidente do TJMA novo plano de cargos dos servidores do Judiciário

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto, recebeu, nesta segunda-feira (18), o projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos e Comissionados do Poder Judiciário do Maranhão (PCCV).

Othelino Neto com o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, o presidente do Sindjus, George Ferreira, o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, e o tesoureiro do sindicato, Márcio Andrade.
O documento foi entregue pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e pelo presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário (Sindjus), George Ferreira. Também participaram o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, e o tesoureiro do sindicato, Márcio Luís Andrade.

No encontro, Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância desse projeto de lei para a categoria. “Os servidores esperam por este momento há alguns anos e, hoje, a matéria chega à Assembleia. Daremos a tramitação célere que o PL merece, afinal, a proposição valoriza os servidores do Judiciário”, assinalou.

Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância do projeto de lei para a categoria
O chefe do Legislativo maranhense destacou, ainda, a relação independente e harmoniosa que a Casa tem com o Judiciário, o que proporciona esse diálogo permanente. “Já vamos, inclusive, encaminhar para que o projeto tramite em regime de urgência e espero que, nos próximos dias, já possamos apreciar o texto”, completou Othelino.

O desembargador Lourival Serejo afirmou que o projeto garante direitos aos servidores. “O PL assegura mais uma conquista para os servidores do Judiciário maranhense. São direitos que, evidentemente, se renovarão com o tempo”, frisou.

O presidente do Sindjus, George Ferreira, agradeceu a disponibilidade do presidente Othelino Neto. “Seguimos cumprindo nosso compromisso com os servidores e vamos em busca de mais avanços. Agradeço ao deputado Othelino por reconhecer a importância do nosso pleito”, declarou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - SERVIDOR PÚBLICO
18/04/2022 - BLOG MÁRCIO HENRIQUE
POSITIVA
Othelino recebe do presidente do TJMA novo plano de cargos dos servidores do Judiciário

Othelino recebe do presidente do TJMA novo plano de cargos dos servidores do Judiciário

Othelino Neto com o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, o presidente do Sindjus, George Ferreira, o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, e o tesoureiro do sindicato, Márcio Andrade.
O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto, recebeu, nesta segunda-feira (18), o projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos e Comissionados do Poder Judiciário do Maranhão (PCCV).

O documento foi entregue pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e pelo presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário (Sindjus), George Ferreira. Também participaram o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, e o tesoureiro do sindicato, Márcio Luís Andrade.

No encontro, Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância desse projeto de lei para a categoria. “Os servidores esperam por este momento há alguns anos e, hoje, a matéria chega à Assembleia. Daremos a tramitação célere que o PL merece, afinal, a proposição valoriza os servidores do Judiciário”, assinalou.

Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância do projeto de lei para a categoria
O chefe do Legislativo maranhense destacou, ainda, a relação independente e harmoniosa que a Casa tem com o Judiciário, o que proporciona esse diálogo permanente. “Já vamos, inclusive, encaminhar para que o projeto tramite em regime de urgência e espero que, nos próximos dias, já possamos apreciar o texto”, completou Othelino.

O desembargador Lourival Serejo afirmou que o projeto garante direitos aos servidores. “O PL assegura mais uma conquista para os servidores do Judiciário maranhense. São direitos que, evidentemente, se renovarão com o tempo”, frisou.

O presidente do Sindjus, George Ferreira, agradeceu a disponibilidade do presidente Othelino Neto. “Seguimos cumprindo nosso compromisso com os servidores e vamos em busca de mais avanços. Agradeço ao deputado Othelino por reconhecer a importância do nosso pleito”, declarou.

Professores de São Luís entram em greve contra descaso e ataques de Eduardo Braide

segunda-feira, abril 18, 2022 | By Blog do Neto Weba
Segundo Sindeducação, somente metade nas escolas do município foram reformadas e aulas iniciaram sem transporte na zona rural. Categoria busca atualização salarial de 36,56%, mas gestão municipal quer conceder apenas 5%.

Professores da rede pública de ensino de São Luís entraram em greve na manhã desta segunda-feira (18) em protesto contra o que classificam como descaso com a educação municipal e ataques à categoria pela gestão de Eduardo Braide (sem partido).

Organizado pelo Sindeducação (Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís), um protesto está marcado para acontecer na praça Deodoro, Centro da capital, a partir das 8 horas.

Apesar do movimento paredista encurralar apenas Braide, parte do estado de abandono da educação pública do município é herança maldita deixada pelo ex-prefeito Edivaldo Holanda Júnior (PSD), que tem aproveitado do silêncio do sucessor sobre o caos recebido para entrar na disputa pelo Palácio dos Leões nas eleições de outubro.

Segundo a presidente da Sindeducação, Sheila Bordalo, somente metade nas unidades escolares da rede de ensino público da cidade foram reformadas, as aulas iniciaram sem transporte na zona rural, a alimentação escolar carece de qualidade e os alunos, até hoje, não receberam os chips e tablets prometidos pela prefeitura.

“O 14º salário, progressões e precatórios do Fundef são direitos previstos por lei. Braide não diz que envio projeto de lei atualizando a tabela para somente 889 profissionais da rede. Hoje, somos mais de 8 mil”, diz em vídeo que trata da campanha salarial deste ano dos professores.

Em repúdio a uma propaganda da gestão municipal custeada pelos cofres públicos, que acusa o sindicato de mentir para a população, ela acusa a prefeitura de tentar desmoralizar os profissionais e suas reivindicações. “Mas a realidade é a maior aliada da categoria”, defende.

O ataque também foi respondido pela professora Ana Paula Martins, secretária de Comunicação do Sindeducação.

“O prefeito anda dizendo por aí que nós estamos faltando com a verdade, que estamos mentindo sobre nossa pauta de reivindicação. Mas por que o prefeito não fala sobre os recursos do Fundeb?! Porque é através desse recursos que estamos reivindicando reajuste para toda a nossa categoria. Não é verdade que ele mandou um projeto de lei [para a Câmara de Vereadores] que contempla todos os professores e professoras”, argumentou em publicação sobre a assembleia geral que decidiu pela deflagração da greve.

Enquanto o sindicado defende a atualização da tabela salarial para toda a categoria de 36,56%, Braide tem

insistido no reajuste de apenas 5%, dificultando a negociação com os professores.

Além da propaganda com ataques ao Sindeducação, Eduardo Braide também apelou ao Poder Judiciário para tentar barrar a greve. Na semana passada, atendendo pedido da PGM (Procuradoria-Geral do Município), a desembargador Maria Francisca Galiza, das Segundas Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão, decretou a ilegalidade do movimento e determinou multa por descumprimento da decisão de 50 mil, por dia.

Apesar da ordem judicial pela suspensão da greve, o sindicato manteve o movimento paredista.

De acordo com a professora Luciana Mesquita, além dos problemas relatados por Sheila Bordalo, os docentes estão tendo de tirar do próprio bolso para manter o ensino e nem todas as escolas voltaram ao ensino presencial.

“Nas escolas que estão funcionando de forma remota, os professores estão bancando as aulas, pois os míseros 70 reais de ‘auxílio conectividade’ foram cortados. Professores que retornaram presencialmente não têm material pedagógico para trabalhar, por exemplo, principal para quadro”, postou em uma rede social.

O caos na educação pública da capital levou o Eduardo Braide a sofrer um revés no Judiciário maranhense, no início deste mês.

À pedido do Ministério Público, o juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, determinou ao município matricular estudantes na rede municipal de ensino, no prazo de 72 horas, dando preferência às mais próximas e de modo a evitar prejuízo à vida escolar dos alunos.

De acordo com a assessoria do Tribunal de Justiça, no bojo do processo consta uma tabela com os nomes de diversos alunos que necessitam de vagas nas escolas públicas municipais.

“Inconcebível existir estudantes que ainda não tenham conseguido se matricular ou rematricular nas escolas municipais mais próximas de suas residências, seja pela obrigação pactuada e homologada por sentença judicial, seja pelas normas acima apontadas”, enfatizou o magistrado na decisão.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - SERVIDOR PÚBLICO
18/04/2022 - BLOG ZECA SOARES
POSITIVA
Othelino recebe novo plano de cargos e salários do Judiciário

Othelino recebe novo plano de cargos e salários do Judiciário

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto, recebeu, nesta segunda-feira (18), o projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos e Comissionados do Poder Judiciário do Maranhão (PCCV).

O documento foi entregue pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e pelo presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário (Sindjus), George Ferreira. Também participaram o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, e o tesoureiro do sindicato, Márcio Luís Andrade.

No encontro, Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância desse projeto de lei para a categoria. “Os servidores esperam por este momento há alguns anos e, hoje, a matéria chega à Assembleia. Daremos a tramitação célere que o PL merece, afinal, a proposição valoriza os servidores do Judiciário”, assinalou.

O chefe do Legislativo maranhense destacou, ainda, a relação independente e harmoniosa que a Casa tem com o Judiciário, o que proporciona esse diálogo permanente. “Já vamos, inclusive, encaminhar para que o projeto tramite em regime de urgência e espero que, nos próximos dias, já possamos apreciar o texto”, completou Othelino.

O desembargador Lourival Serejo afirmou que o projeto garante direitos aos servidores. “O PL assegura mais uma conquista para os servidores do Judiciário maranhense. São direitos que, evidentemente, se renovarão com o tempo”, frisou.

O presidente do Sindjus, George Ferreira, agradeceu a disponibilidade do presidente Othelino Neto. “Seguimos cumprindo nosso compromisso com os servidores e vamos em busca de mais avanços. Agradeço ao deputado Othelino por reconhecer a importância do nosso pleito”, declarou.

Professores deflagram greve em São Luís

Os educadores são da rede municipal de ensino

SÃO LUÍS - Na manhã desta segunda-feira (18), os professores da rede pública municipal de ensino deflagram greve. A categoria está reunida na Praça Deodoro, no Centro de São Luís. O grupo irá seguir em passeata até a frente da sede da Prefeitura de São Luís.

Ouça a reportagem de Domingos Ribeiro.

https://fast.player.liquidplatform.com/pApiv2/embed/7d3033817d74f7456a79aefb0f81d7ba/56214334dbf4bbc3a06247fd635c6711

Professores da rede municipal deflagram greve em São Luís

Categoria se reúne nesta segunda-feira na Praça Deodoro, no Centro; município diz que apresentará nova proposta nesta terça-feira (19).
Imirante.com

18/04/2022 às 09h20 - Atualizada em 18/04/2022 às 09h40
Professores em greve se reúnem na Praça Deodoro. Foto: Divulgação.
Professores em greve se reúnem na Praça Deodoro. Foto: Divulgação.
SÃO LUÍS – Professores da rede pública municipal de ensino deflagram greve na manhã desta segunda-feira (18). A categoria se reúne na Praça Deodoro, no Centro de São Luís, e vai seguir em passeata até a frente da sede da Prefeitura de São Luís.

Segundo o Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação), os professores aprovaram no último dia 8 de abril o início do movimento paredista após a Prefeitura de São Luís oferecer reajuste de 5%, abaixo do que a categoria reivindica em sua campanha salarial: atualização do piso nacional (de 33,24%) para professores com Nível Médio e a repercussão em toda tabela salarial do magistério, com 36,56% de reajuste para todos os professores com Nível Superior.

Os professores afirmam que também estão lutando por escolas que ofereçam condições dignas para toda a comunidade escolar. “Foi somente por meio de muita mobilização realizada pelo sindicato e categoria que as reformas nas escolas foram iniciadas e, ainda assim, há muito para ser feito, pois menos de 50%, das 258, escolas foram reformadas, as aulas na zona rural de São Luís, por exemplo, iniciaram sem transporte escolar, a alimentação oferecida para os alunos necessita de mais qualidade, entre outras demandas. O Sindeducação também organiza o movimento grevista para pedir pelo fim do assédio moral e mais transparência no orçamento e as contas da Prefeitura de São Luís”, informou o Sindeducação.

Professores fazem passeata no Centro de São Luís. Foto: Divulgação.
Professores fazem passeata no Centro de São Luís. Foto: Divulgação.
Ouça mais detalhes com a presidente do Sindeducação, Sheila Bordalo, em entrevista à Mirante AM:

O que diz a Semed

Procurada hoje pelo Imirante.com, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) se posicionou sobre o movimento dos professores e sobre as condições das escolas e merenda escolar citadas pelo Sindeducação. Leia a íntegra da nota enviada pela pasta:

“A Secretaria Municipal de Educação (Semed) informa que a atual gestão recebeu a rede física escolar sem nenhuma escola em condições mínimas de funcionamento durante a pandemia. Nesse contexto, o Município deu início ao maior programa de reformas de escolas de São Luís. De todas as unidades, em apenas 1 ano e 3 meses, 50% já foram totalmente reformadas e as demais passaram por intervenções necessárias para garantir o retorno das aulas, prioridade para este momento. A Semed informa ainda que todas as escolas serão totalmente reformadas pelo programa Escola Nova.

Sobre o transporte escolar, a Semed ressalta que a atual gestão não encontrou nenhum contrato vigente para a realização do serviço, uma vez que o único processo instaurado pela gestão anterior foi suspenso por determinação da justiça. Coube à atual gestão regularizar o serviço do transporte escolar, o que já foi realizado.

Quanto à merenda escolar, a Semed destaca que até o momento não recebeu nenhuma queixa ou reclamação por parte da comunidade escolar.

Por fim, a Semed agradece aos professores que estão neste momento em sala de aula e lamenta a paralisação de parte da categoria promovida pelo Sindeducação, uma vez que a diretoria do Sindicato esteve reunida com o município na semana passada (terça-feira, 12 de abril), onde foi informado que o município apresentará uma nova proposta, dentro da sua realidade financeira, nesta terça-feira (19)".

Decisão da Justiça

Na semana passada, a desembargadora Maria Francisca Galiza, das Segundas Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão, determinou a ilegalidade do movimento de greve de professores de São Luís, que já estava marcado para hoje.

A decisão atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral do Município de São Luís contra ato do Sindeducação.

Ao conceder a liminar, Galiza também alertou para o fato de que uma paralisação neste momento seria prejudicial ao sistema de ensino, que já acumula prejuízos por conta de praticamente dois anos funcionando remotamente ou em sistema híbrido em virtude da pandemia da Covid-19.

A multa por descumprimento da decisão é de R$ 50 mil por dia.

Resposta do sindicato

Por meio de nota, o Sindeducação se manifestou sobre a decisão judicial que declarou ilegal a greve dos professores. O sindicato informou que recorrerá da decisão.

"Causou estranheza essa decisão, pois o Sindeducação e a categoria seguiram todos os trâmites previstos na Lei Geral de Greve, aplicável às greves no serviço público, bem como em reiteradas decisões dos mais diversos tribunais do País. Em várias assembleias gerais, o Sindeducação trilhou o caminho correto para que a greve fosse deflagrada, primeiro declarando estado de greve, posteriormente o indicativo de greve, sem que a Prefeitura de São Luís durante este período oferecesse proposta além dos 5% de reajuste para os profissionais do magistério, rejeitado à unanimidade pela categoria em assembleia geral", destaca trecho da nota.

O sindicato afirmou ter permanecido aberto ao diálogo com a Prefeitura de São Luís, ressaltou o fato de ter participado de cinco reuniões com representantes do Poder Executivo e classificou a decisão judicial de "indevida".

"Portanto, indevida a decisão liminar que, sem ouvir as razões do Sindeducação, determina a suspensão de movimento que ainda sequer foi iniciado, acabando por negar à categoria o exercício do próprio direito de greve, tal como constitucionalmente assegurado. Por fim, o Sindeducação informa que continuará na luta pela valorização da categoria e adotará as medidas judiciais cabíveis para combater esta decisão apressada e inadequada", finaliza a nota.

Professores da rede pública municipal de São Luís iniciam greve geral; categoria exige reajuste salarial de 33,24%

De acordo com o Sindeducação, os professores da rede municipal de ensino estão há 5 anos sem aumento de salário, e a proposta feita pela Prefeitura de São Luís, de reajustar em apenas 5% os salários, é considerada 'imoral' pela categoria.

Professores da rede pública municipal de São Luís deram início, nesta segunda-feira (18), a uma greve geral da categoria. A paralisação das atividades dos docentes teve início por volta das 8h, com concentração de integrantes da categoria na Praça Deodoro, no Centro da capital.

Segundo o Sindicato dos Profissionais do Ensino Público de São Luís (Sindeducação), o movimento grevista foi aprovado pelos professores no último dia 8 de abril, após a Prefeitura de São Luís oferecer reajuste de 5%, um valor, segundo o Sindicato, muito abaixo do que a categoria reivindica em sua campanha salarial, que é atualização do piso nacional de 33,24% para docentes do nível médio, e a repercussão em toda tabela salarial do magistério, com 36,56% de reajuste para todos os professores com nível superior.

De acordo com o Sindeducação, os professores da rede municipal de ensino estão há 5 anos sem aumento de salário, e a proposta feita pela Prefeitura de São Luís, de reajustar em apenas 5% os salários, é considerada 'imoral' pela categoria.

Ainda segundo o sindicato, além de rejeitarem a proposta de 5% da prefeitura, os professores também assumiram o compromisso de lutar por escolas que ofereçam condições dignas para toda a comunidade escolar.

"Foi somente por meio de muita mobilização realizada pelo sindicato e categoria, que as reformas nas escolas foram iniciadas e, ainda assim, há muito para ser feito, pois, menos de 50%, das 258 escolas foram reformadas. As aulas na Zona Rural de São Luís, por exemplo, iniciaram sem transporte escolar, a alimentação oferecida para os alunos necessita de mais qualidade, entre outras demandas. O Sindeducação também organiza o movimento grevista para pedir pelo fim do assédio moral e mais transparência no orçamento e as contas da Prefeitura de São Luís", diz um trecho da nota do sindicato sobre a greve da categoria.

Por meio de nota, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) afirmou que a atual gestão recebeu as escolas sem condições mínimas de funcionamento durante a pandemia. Por causa da situação, o município "deu início ao maior programa de reformas de escolas de São Luís".

Na nota, a gestão municipal disse que, de todas as unidades, em apenas 1 ano e 3 meses, 50% já foram totalmente reformadas e as demais passaram por intervenções necessárias para garantir o retorno das aulas, que é uma prioridade para este momento.

Ainda de acordo com a Semed, "todas as escolas serão totalmente reformadas pelo programa Escola Nova".

Em relação ao transporte escolar, a Semed afirmou que a atual gestão não encontrou contrato vigente para a

realização do serviço, uma vez que o único processo instaurado pela gestão anterior foi suspenso por determinação da Justiça. Coube à atual gestão regularizar o serviço do transporte escolar, o que já foi realizado.

Quanto à merenda escolar, a Secretaria Municipal de Educação destaca que até o momento não recebeu nenhuma queixa ou reclamação por parte da comunidade escolar.

Por fim, a Semed disse que agradecia aos professores que estavam no momento em sala de aula e afirmou lamentar a paralisação de parte da categoria, promovida pelo Sindeducação, pois a diretoria do sindicato esteve reunida com o município no último dia 12 de abril, onde foi informado que “o município apresentará uma nova proposta, dentro da sua realidade financeira, nesta terça-feira (19)”.

Fonte| g1/MA